OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº610
de 07 de abril a
21 de abril de 2021
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

ENQUANTO O GENOCÍDIO NÃO PARA

ALMOÇO JANTA



PRATO DO DIA

A FOME ESTÁ NA MESA

É necessário organizar uma Greve Geral Sanitária, exigindo: Quebrar as patentes e garantir vacinas, já! Lockdown por um mês, com auxílio emergencial! Estabilidade no emprego, sem redução de salário! Apoio financeiro aos pequenos empresários!

PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE





“Alguém consegue fazer o lockdown dos insetos?”

Onyx Lorenzoni, secretário-geral da Presidência, dizendo que lockdown é uma medida ineficaz porque ela não evita que insetos transmitam a covid. No entanto, o vírus não transmitidos por insetos. Onyx é médico veterinário e sabe muito bem disso. Não é burro. É apenas um genocida.

ACABOU A MAMATA?

Férias de Bolsonaro custaram R$ 2,3 milhões



As férias de Bolsonaro custaram mais de R$ 2,3 milhões em dinheiro público só entre o recesso de 18 de dezembro e 5 de janeiro. Os dados foram repassados pela própria Secretária-Geral da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) ao deputado Elias Vaz (PSB-GO), mais de três meses após requeridas. Enquanto a pandemia se agravava pelo país, milhares de trabalhadores sofriam com o desemprego e outros tantos tinham o restinho da última parcela do auxílio emergencial, Bolsonaro se esbaldava em viagens para Santa Catarina e Guarujá. Em todos esses locais, promoveu aglomerações e falou contra as restrições na circulação de pessoas. Na conta de seus gastos incluem-se mais de R$ 200 mil em seguranças e quase R$ 1 milhão em viagens de avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Hospedagens, alimentação e combustível torraram outros R$ 1,2 milhão. No meio da gastança, exatamente no dia 5 de janeiro, Bolsonaro ainda achou tempo para reclamar que o “Brasil estava quebrado”.

INDECÊNCIA

Ricos querem furar fila da vacina



No dia em que o Brasil registrou 3.950 óbitos por Covid-19, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, anunciou que irá acelerar um projeto de lei que permite a empresários comprarem vacinas, furando a fila do SUS. “Nós estamos numa guerra, e numa guerra vale tudo para salvar vidas”, declarou o líder do centrão. Faltou dizer que o vale-tudo serve apenas para quem tiver dinheiro. A decisão de Lira se dá, inclusive, após uma reunião do deputado com os empresários bolsonaristas Luciano Hang, o “véio da Havan”, e Carlos Wizard. Por ironia, dois negacionistas que sempre defenderam o tal “tratamento precoce”, mas que agora querem se vacinar. Há algumas semanas, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que permite aquisições de vacinas pela iniciativa privada. A iniciativa “abriu a porteira” para empresários e endinheirados furarem a fila. Outro projeto apresentado pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA) permite que empresários comprem vacinas via importadoras, até mesmo aquelas ainda não aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também possibilita que o gasto com os imunizantes seja abatido do Imposto de Renda. Ou seja, querem furar a fila para se vacinar e fazer ainda com que você pague a conta. Para os ricos a vacina, já para os pobres a maldita cloroquina que não tem nenhuma eficácia.

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**
Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta
(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



A necessidade de uma greve geral sanitária



No dia 23 de março, Bolsonaro fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, onde mentiu descaradamente. Disse que o governo sempre foi a favor da vacina e que sempre trabalhou contra a pandemia. O som das panelas mostrou que a população não engole mais esse absurdo.

Enquanto fechávamos esta edição, o Brasil ultrapassava mais uma triste marca: pela primeira vez, o número de registros diários de mortes pela COVID-19 rompeu a barreira de 4 mil óbitos. Especialistas apontam que, em breve, chegaremos a 5 mil.

A tragédia ronda os lares e as famílias brasileiras. Todo mundo tem um parente ou amigo próximo que perdeu sua vida nesta pandemia. Um verdadeiro genocídio, levado a cabo pelo governo de Bolsonaro e Mourão que, diante da mortandade, segue sua política de deixar o vírus circular livremente, a fim de não prejudicar os lucros das grandes empresas e dos banqueiros e seu projeto de reeleição.

A tal mudança de rumo do governo, cogitada por setores da burguesia e o Centrão, se revelou mais uma torcida do que realidade. Se, por um lado, Bolsonaro foi obrigado a readequar seu discurso, mentindo que sempre foi a favor da vacina; por outro, seu governo continua atuando contra qualquer medida de distanciamento social e pela abertura indiscriminada de tudo, a exemplo das igrejas, durante a Páscoa.

Enquanto isso, a vacinação se arrasta e o governo, juntamente com Lira, presidente da Câmara, e o Centrão, aprovam a compra privada dos imunizantes para salvar a vida dos grandes empresários e endinheirados, enquanto o povo morre nas filas das UTIs.

A catástrofe sanitária é acompanhada por uma verdadeira tragédia social, com o crescimento do desemprego, da miséria e da fome. No ano passado, o número de brasileiros que passavam fome chegava a 20 milhões. Hoje, certamente, é bem mais. Qual é a exata dimensão dessa crise? Talvez nunca saibamos, pois Bolsonaro cortou recursos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a fim de inviabilizar a divulgação de dados, a exemplo do que fez em relação aos mortos da pandemia.

O auxílio-emergencial de fome, aprovado pelo governo e o Congresso Nacional, não compra metade de uma cesta básica. Bolsonaro tenta se vender como um defensor dos empregos e dos pobres, mas a verdade é que, na falsa dicotomia entre a saúde e a economia, ele atua nessas duas frentes: joga o povo para a morte, o desemprego e a miséria, ao mesmo tempo.

Alheio a tudo isso, o mercado financeiro comemora a alta nas bolsas de valores. Para os banqueiros, não importam as quase 350 mil mortes, mas a política de entrega e privatização do país e a passada de boiada sobre os direitos.

SÓ A AÇÃO DA CLASSE PODE IMPEDIR O GENOCÍDIO

A única forma de parar esse genocídio é através de um lockdown por 30 dias, pelo menos. Algo que só será possível com um auxílio-emergencial de verdade, que permita às pessoas, principalmente aos mais pobres, ficar em casa. Enquanto isso, deve-se avançar na vacinação, com a quebra das patentes e a reconversão de fábricas para a produção em massa dos imunizantes.

Essa é a necessidade urgente e imediata da classe. A pandemia e a enorme crise social, porém, dificultam a mobilização dos trabalhadores e do povo pobre. Mas, uma campanha nacional e unificada em torno a essas bandeiras poderia dar confiança à classe e impulsionar essa luta para avançarmos rumo a uma greve geral sanitária, paralisando todos os setores não-essenciais. Mas, o que vemos é o contrário disso.

Os que se dizem de oposição não bancam um lockdown ou a quebra das patentes e nem um programa emergencial mínimo diante da crise. No governo Doria, de São Paulo, ou mesmo nos estados governados pelo PT ou PCdoB, predominam a quarentena fake. Já as direções das grandes centrais preferem se aliar a Doria e aos patrões, articulando rebaixamento de salários, ao invés de jogar suas forças na mobilização independente da classe.

As direções das centrais deveriam estar organizando a classe em torno a esse programa emergencial, apostando na luta unificada dos trabalhadores. A mesma coisa em relação aos partidos de oposição, que deveriam estar defendendo essas medidas e chamando a uma luta unificada em torno a elas.

Sem isso, o governo se vê livre para continuar impondo sua política genocida e para articular, para o futuro, uma alternativa pró-ditadura. Mesmos os setores da burguesia, que estão criticando o governo diante do descontrole da pandemia, ainda o mantém, com a promessa de uma nova rodada de retirada de direitos e a entrega do país.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

Ao mesmo tempo em que é necessário dar uma resposta urgente aos ataques do governo, também é preciso apontar para uma saída estratégica para a classe, através de suas próprias forças e organização.

As direções do PT e do PSOL apontam para outro lado. Querem reeditar o velho programa de colaboração de classes, através de uma frente ampla com a burguesia. Já vimos aonde isso acaba. Deu nos 14 anos de governos do PT, que não só não resolveram sequer os problemas mais básicos, como a falta de saneamento do povo, como abriram o caminho para o governo Bolsonaro.

Precisamos de uma saída revolucionária e socialista, no sentido de se avançar na organização, por baixo, dos trabalhadores e do povo pobre e oprimido, rumo a um governo socialista dos trabalhadores, apoiado em conselhos populares. Só assim é possível superar os problemas estruturais que enfrentamos, como o desemprego, a fome e a miséria.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/7GUF5

ANÁLISE

O governo Bolsonaro e a conjuntura política



MARIÚCHA FONTANA,
DA DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU

No dia 29 de março, caiu um dos ministros ícones do bolsonarismo, Ernesto Araújo, das Relações Exteriores. Com ele, também caíram o ministro da Defesa e os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Essa reforma deu margem a inúmeras especulações e opiniões sobre a crise do governo.

Bolsonaro está acuado, com sua popularidade em queda. Houve, inclusive, um deslocamento do próprio empresariado em relação ao seu governo (o que também incidiu e incide para que um setor da própria cúpula militar se desloque do governo). Treme em seus pés a institucionalidade burguesa.

Como prevíamos desde o início, é um governo de crise, porém militarizado e perigoso. Não se poderia descartar um autogolpe; mas, também, poderia ocorrer um aprofundamento da crise, com a mesma avançando para o principal pilar do Estado burguês: as Forças Armadas.

Bolsonaro, longe de conseguir governar sem o Congresso, foi obrigado a se jogar nos braços do Centrão, que o mantém nas cordas. Por outro lado, está confrontado com governadores e prefeitos. E, agora, se estranhou com parte da cúpula militar. A mesma que foi fiadora e sócia do seu governo, mas que, assim como parte do empresariado, teme um abraço de afogados.

AMAEAÇAS

Um governo frágil que pode ser derrotado, mas que não deve ser subestimado

Desde que assumiu a presidência, esse governo defende abertamente um regime autoritário, utilizando uma tática de chantagem permanente e de ameaça às liberdades democráticas, mesmo não tendo correlação de forças para isto.

Se, por um lado, essa reforma ministerial apressada demonstra um governo enfraquecido e cada vez mais nas mãos do Centrão; a alteração no comando das Forças Armadas revela que ele, embora não tenha encontrado o apoio que gostaria para ameaçar com Estado de Sítio, tentou mostrar quem manda e que não vai desistir de seu projeto.

Não se estranhou com as Forças Armadas por estas defenderem a “democracia”. Basta ver que são revisionistas da História e comemoram o golpe militar de 1964. Ocorre que elas são condicionadas pela posição da maioria do empresariado e do imperialismo. E a política destes não é golpe militar, neste momento.

As Forças Armadas refletem também os humores da sociedade, ainda mais os setores médios. Existe, ainda, o temor de que a desmoralização do governo contamine suas fileiras, a exemplo do que aconteceu com Pazuello, no Ministério da Saúde.

Se isso tudo, porém, mostra um governo mais fraco e acuado, nem por isso, ele está morto e deve ser subestimado. Há setores da oposição que faziam um discurso unilateral de fortaleza do governo, o que não corresponde. Agora, parte destes mesmos setores analisa que tudo é fragilidade. Enquanto isso, mais uma vez, não enxergam nada além das eleições no horizonte. Não fazem nada para botá-lo pra fora, já. Deixam que o genocida continue matando e organizando (inclusive, armando) a extrema-direita.

Bolsonaro já deu mostras mais do que suficientes de que pretende organizar um setor das Forças



Armadas e das PMs para, junto com a ultradireita, conformar o “seu Exército” (militar, paramilitar e miliciano), seguindo os exemplos do Chavismo, na Venezuela, ou, mais recentemente, de Trump, nos Estados Unidos. Inclusive, deixando explícito que não aceitará um resultado eleitoral que não o tenha como vencedor.

CRISE SOCIAL

O pano de fundo: desemprego, fome e pandemia

Há um importante agravamento da crise política e institucional, tendo como pano de fundo a pandemia descontrolada e a enorme crise social, com o desemprego e o avanço da miséria e da fome.

O governo Bolsonaro é um governo autoritário, que surgiu e se assenta sobre uma imensa crise econômica, social e política. Crise mundial do sistema capitalista e, no Brasil, talvez a maior da nossa história. Junto e além dessa crise, o Brasil vive uma longa decadência, um processo de desindustrialização e reversão colonial, determinado por sua localização subalterna na divisão mundial do trabalho, a qual todos os governos aprofundaram, inclusive os do PT.

Bolsonaro emergiu na esteira desse desastre e, com o aparato do Estado nas mãos, tenta, por um lado, reverter o regime político, mesmo sem correlação de forças para isso; e, por outro, completar de forma acelerada esse processo de recolonização. O empresariado e toda classe dominante apoiam a política econômica do ministro Paulo Guedes.

Nesse momento, porém, um setor se desloca de Bolsonaro porque seu negacionismo e mesmo parte de sua política econômica começam a ser disfuncionais para eles. Mesmo que a política deles, ainda, não seja impeachment, pois estão ganhando rios de dinheiro e esperando pelas reformas.

Temos um país indo ladeira abaixo, em franco retrocesso e decadência. O agravamento da pandemia é um verdadeiro massacre, com o avanço exponencial das mortes, do desemprego, da miséria e da pobreza. Os pequenos comerciantes também vivem uma situação de penúria. Tudo isso faz com que cresçam a indignação e a revolta.

OBSTÁCULOS

O peso do desemprego, da pandemia e da burocracia sindical como travas à luta da classe trabalhadora

A pandemia atua como inibidor de mobilizações massivas, de rua, e o desemprego coloca especialmente a classe operária na defensiva. No entanto, contraditoriamente, sob a pandemia, a melhor forma de luta, inclusive para forçar um lockdown nacional, seria uma greve geral.

O governo, a mídia e o próprio empresariado disputam a consciência da classe, dando a entender que parar a produção, o comércio e o transporte iria piorar ainda mais o desemprego; quando sabemos muito bem que com 4 ou 5 mil mortes ao dia, manter tudo funcionando significa genocídio e mais desemprego.

Nessa situação, seria fundamental uma campanha unificada em defesa de uma greve geral sanitária, puxada por todas as centrais, movimentos e partidos que se dizem da classe trabalhadora ou de oposição. Essa campanha é uma necessidade e uma obrigação. Se, depois de uma grande campanha, a classe não se sentisse em condições de parar, teríamos feito a nossa parte.

Mas, exceto a CSP-Conlutas, as demais centrais e toda burocracia sindical estão, cada uma ao seu modo, priorizando conversar com os diferentes blocos de presidenciáveis e da patronal, para oferecer apoio à burguesia e seu projeto de redução de salários e da jornada, além de propor que esta compre vacinas. Neste sentido, são uma trava para a mobilização.

É hora de exigir que todas as organizações da nossa classe entrem em campanha para construir uma greve geral sanitária.

A HIPOCRISIA DA OPOSIÇÃO

O enfraquecimento de Bolsonaro deveria servir para ampliar a mobilização para tirá-lo de lá, junto com a sua corja, o mais rápido possível. É hora de lutar por um lockdown nacional, auxílio-emergencial de R$ 600 (que, na verdade, deveria ser de, pelo menos, um salário mínimo), apoio financeiro aos pequenos empresários e vacinação para todos, exigindo a quebra de patentes e a produção em massa de vacinas.



Senão, o que teremos é mera hipocrisia, com lockdown a meio pau e vacina a conta-gotas, enquanto empilhamos mortos. Hoje, o papel do empresariado, dos governadores e prefeitos e do setor militar que começa a se afastar do governo é hipócrita e covarde. E, portanto, conivente com o genocida que aí está.

POLÊMICA

"Frente ampla" ou "frente amplíssima": o mal menor não é saída



Se contra Bolsonaro e sua política genocida e autoritária toda unidade de ação deve ser feita, não se pode fazer o mesmo quando se trata de defender um programa para o país e um projeto de governo. A classe trabalhadora não pode ser apêndice de projetos da patronal, dos banqueiros, das multinacionais e de seus partidos.

Nesse momento, a maioria do empresariado busca um candidato de "centro-direita"; quer dizer, um candidato de oposição a Bolsonaro, mas da classe dominante "puro-sangue". Não descarta, porém, embarcar, de novo, numa candidatura de Lula, se ela tiver um perfil ainda mais pró-capitalista do que teve em 2002.

Em discursos e entrevistas, Lula defende, abertamente, uma "frente amplíssima", mais até do que já foram seus governos. Recentemente, defendeu as privatizações, obrigando até o senador Roberto Requião (MDB-PR) a exigir que não o fizesse.

Está chamando Biden, o presidente norte-americano, para reunir o G20 (grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia), quando o que deveria estar fazendo é uma campanha estridente pela quebra de patentes. Na verdade, Lula está se propondo a um governo de unidade nacional, que represente toda a burguesia. O PCdoB defende a mesma coisa.

O PSOL, por sua vez, ao discutir claramente o apoio a uma candidatura de Lula, não está falando em, eventualmente, chamar um voto crítico para derrotar Bolsonaro. Está falando em apoio. A maioria da direção do PSOL e Guilherme Boulos falam em discutir um projeto de governo com o PT, como se não soubessem que este projeto representaria um governo do PT em aliança com banqueiros, grandes empresários e seus partidos.

Marcelo Freixo (PSOL-RJ), por outro lado, sendo um dos principais expoentes do PSOL, defende o mesmo que Lula, se propondo a ser um palanque contra Bolsonaro no Rio, unindo do PT ao DEM de Rodrigo Maia e Eduardo Paes. Quer dizer, em qualquer caso, o PSOL se propõe a defender um projeto nos limites do capitalismo, aliando-se ao PT e a um governo seu, com a burguesia.

Acontece que este projeto já foi aplicado no Brasil durante 14 anos e a classe trabalhadora não apenas saiu mais desorganizada e enfraquecida, como retrocedeu em consciência de classe . E, enquanto isto, o país manteve o mesmo patamar de desigualdade histórica que sempre teve.

ALTERNATIVA

Por uma alternativa de classe e socialista

A unidade para lutar contra Bolsonaro, a pandemia, a fome e o desemprego, e também contra qualquer ameaça autoritária, é mais do que necessária. E, para essa luta, devemos nos unir. Mas, é preciso, nesta luta, construir uma alternativa de classe e socialista. Não podemos continuar ao reboque da classe dominante, nos limites do Brasil e daquilo que nos impõem há mais de 500 anos.

Precisamos de um projeto socialista, da classe trabalhadora, o único que pode garantir soberania nacional e acabar com essa desigualdade e injustiça que tanto nos envergonham. Este é o único caminho para garantir pleno emprego, moradia digna, universalização do saneamento básico, da saúde e da educação pública, estatais e de qualidade para todos.



PANDEMIA

Genocídio comandado por Bolsonaro vai produzir mais de 400 mil mortes até o final de abril

DA REDAÇÃO

Após viver, em março, o mês mais mortal da pandemia, com 66 mil óbitos ligados à Covid-19, o Brasil pode vir a registrar 100 mil mortes somente em abril, segundo prevê uma análise do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde, da Universidade de Washington, nos Estados Unidos. A projeção também indica que, até 1º de julho, o total de mortos no país pode se aproximar de 600 mil.

O descontrole total da pandemia faz com que o Brasil registre um terço de todas as mortes diárias causadas pela Covid-19 no mundo, embora o país tenha apenas 2,7% da população mundial. A situação tende a se agravar no inverno, período no qual as doenças respiratórias proliferam com mais facilidade.

Os hospitais estão em colapso. Há milhares de pessoas nas filas, esperando por um leito de UTI, e o estoque de insumos para tratamento (oxigênio, analgésicos etc.) está a ponto de se esgotar. O sistema funerário também começa a dar sinais de colapso, com a sobrecarga de enterros diários (São Paulo, por exemplo, já registra mais de 400 enterros por dia) e a falta de caixões. Um colapso no sistema funerário pode produzir novas patologias, sobrecarregando os cemitérios e contaminando solos, alimentos e lençóis freáticos.

As altas taxas de infecção podem dar ainda mais força ao surgimento de variantes. Ou até de algo pior, como explica o médico e neurocientista Miguel Nicolelis: “Estamos dando a chance ao coronavírus de promover bilhões de mutações que vão levar ao aparecimento de novas variantes e até de um novo vírus, de acordo com combinações genéticas, o surgimento do SARS-CoV-3. Se começa a ter muitas mutações, você pode ter um rearranjo genético que pode gerar uma nova forma do vírus, que pode ser ainda mais infecciosa e letal”.

Tudo isso terá consequências imprevisíveis no futuro próximo. Vai impedir que nos livremos da pandemia e adiar por anos o retorno da normalidade ao país.



GENOCÍDIO ORQUESTRADO PELO GOVERNO

Toda essa catástrofe é culpa do governo genocida de Bolsonaro. “Saíam às ruas, voltem a trabalhar e se contaminem”, essa é precisamente a campanha explícita desse governo assassino que nos levou à maior tragédia da história. Um governo criminoso, que se opõe a medidas restritivas, como o lockdown; que se nega a garantir vacinas para a população e que paga um mísero auxílio-emergencial, obrigando as pessoas a escolherem entre a fome ou a contaminação pela Covid (leia páginas 8 e 9).

Já os governadores fazem um lockdown fake, absolutamente insuficiente para deter a disseminação do vírus. Insistem até mesmo na retomada das aulas presenciais. Uma completa insanidade, que serve para Bolsonaro dizer que o lockdown não resolve nada.

POPULAÇÃO APOIA MEDIDAS RESTRITIVAS

Enquanto 3.000 pessoas morrem de Covid-19 por dia, cresce o apoio da população às medidas de isolamento social, segundo pesquisa do Instituto Datafolha. O levantamento mostra que 71% apoiam medidas de diminuição do horário de funcionamento do comércio e serviços em geral e que 59% acham que, neste momento, é mais importante deixar as pessoas em casa. Tal sentimento é baseado na própria experiência da população. No Brasil, praticamente todas as famílias registraram alguma vítima fatal em função do vírus e da política genocida de Bolsonaro. Quase todo mundo já perdeu algum familiar, amigo ou ente querido.

ACERTO DE CONTAS

Neste momento, vivemos em permanente condolências, que semeiam a revolta e o ódio contra o genocídio orquestrado por Bolsonaro. É impossível prever, ou até mesmo imaginar, toda a dimensão da tragédia que abraça o Brasil – particularmente, suas nefastas consequências sobre a população pobre e trabalhadora. Mas sabemos de uma coisa: em algum momento haverá um acerto de contas entre o povo com o genocida Bolsonaro. E não vai dar pra esperar 2022.

LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/6HGYU

VÍTIMAS DO GENOCÍDIO

Vírus é mais letal entre trabalhadores pobres e negros

Se é verdade que o vírus tem sua própria história natural e evolutiva, também é verdade que o descontrole total da pandemia imposto por Bolsonaro, somado às desigualdades sociais do país, tornou o vírus muito mais letal para a população pobre e negra.

Dados compilados pelo Pindograma, site de jornalismo de dados, e publicados pela revista “Piauí” mostram que pobres, negros e pessoas de baixa escolaridade, na cidade de São Paulo, correm maior risco de morrer pela Covid. Considerando os critérios de “pardos” e “pretos”, usados pelo IBGE (todos contabilizados, por nós, como “negros”), a possibilidade de uma pessoa parda morrer da doença é 42% maior que a de uma pessoa branca. Para uma pessoa preta, o risco é 77% maior que o de uma pessoa branca.

O estudo também aponta que mais pacientes morrem na UTIs no Brasil do que na Itália, 59% contra 48%. Mas, o risco de morrer de Covid em uma UTI pública no Brasil é maior do que em uma privada. A mortalidade de pacientes com Covid internados em UTIs privadas foi de 30%; enquanto, em UTIs públicas foi de 53%.

É na região Norte que a mortalidade de pacientes com Covid internados em UTIs é maior do que a média nacional. 79% das pessoas internadas em UTIs no Norte, entre fevereiro e agosto de 2020, morreram. No Nordeste, a mortalidade foi de 66%; no Sul, 53%; no Centro-Oeste, 51%. Já no Sudeste, que registrou a menor taxa, o risco de morte em UTI foi de 49%.

Um levantamento realizado pelo jornal “El País” (de 5 de abril) mostrou que houve um aumento do número de mortes em trabalhadores brasileiros que não puderam ficar em casa. Frentistas de postos de gasolina, por exemplo, tiveram um salto de 68%, na comparação das mortes entre janeiro e fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e dois dos piores meses da crise sanitária, no início de 2021.

No mesmo período, operadores de caixa de supermercado perderam 67% mais colegas. Motoristas de ônibus tiveram 62% mais mortes. Entre os vigilantes, que incluem os profissionais terceirizados que monitoram a temperatura de quem entra em shoppings centers, houve 59% de mortes a mais.



Como se pode ver, o genocídio orquestrado por Bolsonaro é o extermínio consciente de trabalhadores pobres e negros.

BOLSONARO TE ENGANA

As mentiras do governo sobre vacinas

O governo mente o tempo todo sobre as vacinas. A verdade é que a vacinação ocorre a passos de tartaruga, simplesmente porque Bolsonaro não quis comprar os imunizantes no ano passado. Por isso, apenas 6 milhões de pessoas, 2,64% da população do país, estão completamente imunizadas – ou seja, tomaram as duas doses das vacinas. Enquanto isso, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do SUS, tem capacidade para vacinar, pelo menos, dois milhões de pessoas por dia.

No dia 31, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, voltou a baixar a previsão de entrega de vacinas em abril, de cerca de 40 milhões para 25 milhões de doses. Mesmo assim, no mesmo dia, o governo mentiu e disse que pretendia vacinar 80 milhões de pessoas até metade do ano. Para isso, contudo, precisaríamos de pelo menos 160 milhões de doses e vacinar um milhão de pessoas por dia.

No entanto, não há essa quantidade de imunizante no país. E não haverá, pelo menos até agosto ou setembro. Serão nesses meses que, em tese, tanto o Instituto Butantan, em São Paulo, quanto o Biomanguinhos da Fiocruz, no Rio de Janeiro, poderão fabricar o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) – matéria-prima necessária para a produção nacional de vacinas. Mas nada disso é certo, pois já há dificuldades de ambos institutos no recebimento do IFA proveniente da China.

A falta de vacinas, combinada com a ausência total de garantias para se manter o lockdown e o isolamento fake promovido pelos governadores, cria condições perfeitas para o surgimento e seleção de novas variantes do vírus e, com o tempo, o aumento da resistência aos imunizantes disponíveis.



URGENTE

Quebrar patentes pra deter o genocídio

Sem mais vacinas disponíveis, a única forma de combater a pandemia é com restrição da mobilidade, oferecendo total garantia para isso, como um auxílio emergencial digno.

Mas também é urgente quebrar as patentes das vacinas que estão nas mãos das grandes indústrias farmacêuticas e produzi-las no Brasil. São as grandes farmacêuticas que detém a exclusividade da produção e comercialização dos imunizantes, embora a maioria das vacinas tenha sido desenvolvida com muito dinheiro público.

No capitalismo é assim: as regras do mercado são ditadas por imensos monopólios, que ganham bilhões, enquanto a maioria da humanidade padece com a pandemia. Seis dos laboratórios que lideram o mercado das vacinas obtiveram uma valorização de mais de US$ 85 bilhões, em 2020.

Aproximadamente 60% das vacinas que serão produzidas em 2021 já foram monopolizadas por países que representam 16% da população mundial. Outros 40% das doses que serão produzidas estão sendo disputados por 84% dos seres humanos.

A gravidade da crise fez com que inclusive Estados burgueses periféricos, como a Índia e a África do Sul, solicitassem, em outubro passado, a liberação das patentes das vacinas contra a Covid-19 perante a Organização Mundial do Comércio (OMC). Bolsonaro foi contra e orientou o Brasil a votar a favor dos Estados Unidos.



Acabar com as patentes é romper com a principal barreira que impede que as vacinas possam ser produzidas em países com capacidade industrial adequada, mas ociosa, como Brasil, México, Argentina, Índia, Egito, Coréia do Sul, dentre outros. Para se ter uma ideia, só o Serum Institute, da Índia, é capaz de produzir 1,5 bilhão de doses ao ano.

O Brasil tem 30 fábricas produção de vacinas para gado e somente duas para vacinas humanas. É possível adaptar e converter essas fábricas para a produção de vacinas contra o coronavírus. O próprio setor admite isso e até propôs essa saída.

PROGRAMA

Greve sanitária, em defesa da vida!

Os trabalhadores não são bucha de canhão. Não aceitam cavar suas próprias sepulturas, enquanto o país mergulha no colapso. É necessário discutir, preparar e organizar uma greve sanitária nas fábricas e nas grandes lojas de varejo, possibilitando aos trabalhadores ficarem em casa e receberem seus salários, sem redução. É preciso, também, unificar essas paralisações com as lutas pelo "Fora Bolsonaro e Mourão!".

PROGRAMA

Vacina para todos já! Fora Bolsonaro e Mourão!

Bolsonaro é o maior militante a favor do vírus. Seu governo de morte é um obstáculo para a vacinação. Só a luta e a mobilização botarão abaixo esse governo miliciano. Tirá-lo de lá é condição fundamental para enfrentar a pandemia e salvar vidas.

PROGRAMA

Lockdown de 30 dias e testagem em massa da população!

Para garantir uma quarentena para valer, é preciso auxílio emergencial de R$ 600, no mínimo, até o fim da pandemia, para todos trabalhadores e com estabilidade no emprego, licença remunerada para os trabalhadores da indústria e do comércio etc.. Para os pequenos comerciantes ameaçados de falência, também é preciso um auxílio emergencial e suspensão de impostos e taxas.

PROGRAMA

Suspender a dívida pública e taxar os bilionários!

Metade do orçamento do governo vai para pagar os juros da dívida, remunerando meia dúzia de banqueiros. É preciso suspender seu pagamento e taxar os ricos que ficaram ainda mais ricos na pandemia.

CRISE SOCIAL

Uma batalha diária pela sobrevivência

DIEGO CRUZ
DA REDAÇÃO

“Saí desesperada em busca de doação porque as pessoas batiam na minha porta sem ter nem comida para dar aos seus filhos.” É desta forma que Ivone, como é mais conhecida Jucineide Silva Germana, presidente da Associação Jardim União, resume a véspera de Páscoa na ocupação que reúne algo em torno de 3.500 famílias distribuídas em 600 lotes no extremo sul de São Paulo.

Se a realidade já era dura para as famílias que lutam pelo direito a um teto, a pandemia agravou ainda mais essa situação, e a batalha diária passou a ser por comida. “Estamos sobrevivendo de doação que buscamos junto a sindicatos e ONGs. Agora mesmo tenho uma lista de 70 pessoas que estão simplesmente sem nada”, afirma. Os bicos que sustentam a grande maioria das pessoas na ocupação escassearam, e até mesmo as doações minguaram, não por falta de solidariedade, mas por conta da própria crise econômica. E sem o auxílio emergencial, veio a mais completa penúria.



“Quando as pessoas recebiam R$ 1.200,00, ou R$ 600,00 de auxílio emergencial, ainda dava pra segurar, mas agora nem isso; vai começar a ter o novo auxílio, mas com esse valor aí você vai comprar um botijão de gás, que está R$ 90,00, R$ 95,00, não sobra mais quase nada”, relata. Situação que está forçando muitos a cozinharem com lenha. “Quando entramos nas casas das pessoas, podemos perceber que estão cozinhando com blocos de tijolo, as pessoas ficam até envergonhadas”, conta Ivone.

Enquanto isso, a pandemia se alastra e os relatos de internações e mortes são cada vez mais frequentes.

**LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/6EVF8**

EMPREGO

“É o pior momento da minha vida”

“Está muito difícil, muito complicado.” Marlene Guillaume é haitiana, está há quatro anos e meio no Brasil e, há quatro meses vive no Jardim União. Assim como a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras na ocupação, enxerga na falta de emprego a maior dificuldade para garantir sua sobrevivência e do filho pequeno de apenas quatro anos.

“Comprava roupas no Brás para vender, mas a polícia me tomou duas vezes”, relata. Sem emprego com carteira registrada, a informalidade é a realidade da grande maioria dos moradores na ocupação, que sobrevive através de pequenos bicos ou como ambulante. Com a pandemia, mesmo esses pequenos trabalhos escasseiam e tirar o sustento como ambulante já não é mais possível. “Muitos que vendiam água nos sinais não podem mais, porque a polícia corre atrás deles”, relata Ivone.

“A pessoa consegue um bico aqui e ali, tira uns R$ 400,00 por mês, como é que consegue comprar comida e remédio, que muitas vezes tá em falta no SUS?”, questiona Mariano Pereira de Moraes, morador há sete anos do Jardim União, desde a data que guarda de cabeça: “12 de outubro de 2013.” Antes Mariano pagava aluguel no Grajaú, também extremo sul da capital.

Após o término de um contrato de trabalho na Sabesp, Mariano sustenta a esposa e uma filha, que espera seu primeiro neto, com bicos. “Agora imagina você tirar uma merreca num bico, para muitas pessoas aqui o jeito é ir atrás de amigos, ou de algum familiar com uma situação um pouco melhor pra conseguir uma ajuda.” Muitos se veem obrigados a recolher material para ferros-velhos, expondo-se ao vírus. “A gente vê o pessoal andando por aí sem máscara, mas vamos falar o quê, se nem uma pia com água para lavar as mãos tem?”

Questionado se compartilha da percepção que este ano está mais difícil que em 2020, não hesita: “Meu amigo, este momento está sendo o pior da minha vida.”

MISÉRIA

Quase 20 milhões de brasileiros passaram fome em 2020

Levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) revela que 19 milhões de pessoas passaram fome no ano passado. A pesquisa, feita em dezembro, mostra que 116,8 milhões sofriam algum tipo de insegurança alimentar, correspondente a 55,2% dos domicílios brasileiros.

Esse período coincide com a redução pela metade do auxílio emergencial de R$ 600,00 (R$ 1.200,00 para mães chefes de família). Mas nem o auxílio emergencial integral deu conta de conter a fome, já que 28% dos domicílios que o receberam viveram insegurança alimentar “grave” e outros 37,6%, “leve”.

Ou seja, se mesmo com o auxílio emergencial do ano passado, havia fome em quase 30% das casas das famílias brasileiras, com certeza esse número aumentou muito com o corte brusco da medida e o agravamento da pandemia.

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que, de agosto de 2020 a fevereiro último, o número de pessoas abaixo da linha da pobreza saltou de 9,5 milhões para 17,7 milhões, totalizando agora 27,2 milhões. Ou seja, do ano passado para cá o número de pobres quase triplicou. É bom frisar que o conceito de “pobreza” utilizado aqui é de quem sobrevive com até R$ 246,00 por mês, ou pouco mais de R$ 8,00 por dia. Ou seja, é na verdade miserável.

Situação que não deve ser revertida com o arremedo de auxílio pago a partir de abril, entre R$ 150,00 e R$ 375,00.



PROGRAMA

Auxílio emergencial de verdade para combater a fome e garantir lockdown

A única forma de impedir o genocídio em marcha, enquanto não há vacinação em massa, é através de uma quarentena de verdade, e isso só é possível garantindo um auxílio emergencial que possa prover a sobrevivência dos trabalhadores, dos informais e precarizados. O novo auxílio que começa a chegar em abril, de R$ 250,00 (R$ 150,00 para quem mora sozinho e R$ 375,00 para mulheres que chefiam famílias) proposto e sancionado por Bolsonaro não cobre metade de uma cesta básica. É justamente para que não haja lockdown e o vírus possa continuar a circular livremente.



É necessário auxílio de um salário mínimo (ou de pelo menos R$ 600,00) enquanto durar a pandemia. Ao mesmo tempo, para impedir o aprofundamento da crise social, da fome e da miséria, é preciso garantir estabilidade nos empregos sem redução de salários e direitos. Também ter engatilhado um projeto que permita absorver todo o contingente de desempregados através de um plano de obras públicas, que comece por responder a problemas emergenciais, como a construção de hospitais públicos e a garantia do acesso à água e esgoto. E que possa seguir atuando para acabar com problemas estruturais que são uma vergonha, um apartheid histórico e que jamais poderiam existir em países ricos como o Brasil, como a falta de moradias, hospitais, postos de saúde e saneamento básico.

Isso é possível ao atacar os lucros dos banqueiros, grandes empresários e multinacionais. Suspender o pagamento da dívida pública aos banqueiros e realizar uma auditoria desta. Daria para garantir o auxílio de R$ 600,00 somente taxando a fortuna dos 43 bilionários que existem no país (o que daria cerca de R$ 325 bilhões). Ao taxar os lucros das grandes empresas, por sua vez, seria possível manter o pequeno e médio negócio, com o Estado bancando a folha de pagamento das empresas com até 20 funcionários. É preciso ainda acabar com as isenções para as multinacionais e grandes empresas, proibindo a remessa de lucros para o exterior e a distribuição de dividendos bilionários, enquanto demitem em massa e rebaixam salários em meio a uma situação de calamidade pública e emergência sanitária.

FOME E RECOLONIZAÇÃO

A alta nos preços dos alimentos e do gás de cozinha, que agrava a fome no país, tem a ver também diretamente com o processo de recolonização do Brasil. Não faz sentido sermos um dos maiores produtores de alimentos, petróleo e gás do mundo e existirem milhões passando fome e sem acesso sequer a gás para cozinhar. Isso acontece porque tudo o que é produzido aqui não vai para suprir as necessidades da população, mas para meia dúzia de investidores estrangeiros que lucram especulando com o preço desses produtos no mercado internacional.

É preciso estatizar o latifúndio e o agronegócio, colocá-los sob controle dos trabalhadores, reduzindo os preços dos alimentos. Da mesma forma, implementar uma reforma agrária sem indenização e apoiar a agricultura familiar e o pequeno produtor, responsável por grande parte da comida em nosso prato. Estatizar ainda, sob controle operário, as grandes redes varejistas que lucram com o aumento nos preços.

Da mesma forma, através de uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores, seria possível reduzir o preço do gás de cozinha para menos da metade do valor atual.

SOLIDARIEDADE DE CLASSE

A auto-organização dos de baixo

Com a crise, trabalhadores e o povo pobre contam com ações de solidariedade de classe para garantir a sobrevivência. “Sabemos que só podemos contar com as nossas próprias forças, isso em relação ao direito à moradia, e agora mais ainda com relação à própria sobrevivência”, afirma Irene Maestro, do movimento Luta Popular. “Estamos fortalecendo mecanismos coletivos, estreitando relações de solidariedade de classe”, explica.

O movimento realiza uma campanha nacional para arrecadar recursos para adquirir produtos de higiene e limpeza e alimentos para as ocupações que organiza pelo país. São ocupações na capital paulista e interior do estado, em Minas Gerais, Pernambuco, Manaus, Piauí e Sergipe. Além disso, localmente, há projetos em desenvolvimento para se criarem fontes alternativas de alimentação e renda, como hortas comunitárias e projetos como de corte e costura e estamparia.

“Além da solidariedade ativa de classe, nós estamos impulsionando uma campanha política pelo ‘Fora Bolsonaro, Mourão e toda sua tropa’, pois só tirando esse governo genocida vamos conseguir superar a crise social e sanitária em que estamos”, completa a dirigente.

É fundamental avançar na auto-organização da classe trabalhadora e do povo pobre, a fim de garantir a nossa sobrevivência, e também avançar na luta contra esse governo e esse sistema, colocando a perspectiva de um governo socialista dos trabalhadores, que governe através dos trabalhadores auto-organizados em conselhos populares.



FAKE NEWS

Recorde de emprego com carteira assinada é mentira de Bolsonaro

ÉRIKA ANDREASSY, DO INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (ILAESE).

Semana passada, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Orçamento Anual (LOA), deixando de fora os recursos necessários para a realização do Recenseamento Geral-2021. A verba, inicialmente prevista para que o projeto fosse realizado em seu período normal, ou seja, em 2020, era de R$ 3,4 bilhões. Depois, foi reduzida para R$ 2,3 bilhões e, posteriormente, para R$ 2 bilhões, com o adiamento do Censo para 2021, em virtude da pandemia.

O governo federal anunciou que, no mês de fevereiro, foram gerados 400 mil empregos com carteira assinada e comemorou os números como se fossem os maiores desde 1992. O Ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que os resultados mostram que a economia brasileira "está se recuperando em altíssima velocidade" e que o país está "definitivamente no caminho certo" da recuperação econômica. Nada mais falso.



Primeiro, esta comparação não pode ser feita, pois houve uma mudança na metodologia de coleta das informações sobre o emprego formal. Em 2020, o levantamento passou a usar dados mais abrangentes, incluindo, por exemplo, outras categorias de trabalhadores, como temporários, estagiários e bolsistas que, antes, não eram contabilizados, tornando os resultados incomparáveis.

Segundo, esta afirmação mentirosa do ministro contrasta com uma realidade cada vez mais difícil de esconder: o desemprego massivo e o brutal alastramento da fome e da miséria pelo país. Em um ano, o total de desempregados cresceu 20% e o de desalentados (ou seja, que já desistiram de procurar por uma vaga), 25%.

Mas, o drama é ainda maior: 55% da população vive, hoje, em situação de insegurança alimentar. No bom português, passam fome.

"EMPREGO RECORDE" NÃO REFLETE A REALIDADE

Até 2019, o emprego formal era medido pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que registrava, mensalmente, as admissões e demissões de todos os trabalhadores sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou seja, com carteira assinada; e pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que é enviada anualmente e abarca, também, outras categorias, como trabalhadores avulsos, diretores sindicais, servidores públicos etc.

Em 2017, com a Reforma Trabalhista de Temer, a coleta de dados do Caged instituiu as primeiras mudanças, incluindo nos números de empregados os trabalhadores em regime intermitente, trabalho parcial e teletrabalho. A partir de janeiro de 2020, o cálculo passou a ser feito com base a informações de três sistemas: Caged, eSocial e Empregador Web (onde se registram os pedidos de seguro-desemprego), o que foi batizado de Novo Caged.

O eSocial é um sistema digital, que unifica registros fiscais, previdenciários e trabalhistas. Criado em 2014, é um sistema mais abrangente que o Caged, incluindo modalidades como bolsistas, temporários, trabalhadores autônomos, agentes públicos e até dirigentes sindicais. Ou seja, contabiliza relações de trabalho que nada têm a ver com os empregos formais, baseados na CLT e registrados em carteira de trabalho, os quais, por sua vez, também são captados pela RAIS.

Como se pode ver, o "emprego recorde com carteira assinada" que o governo está anunciando não tem consistência alguma e está longe de refletir a realidade do mercado de trabalho formal. Pra piorar, economistas alertam para a possibilidade de subnotificação de demissões no Novo Caged, em função da quantidade de empresas que fecharam. Os dados do Caged mostram vagas nas empresas que estão declarando, mas as empresas que fecharam não estão informando as demissões, o que pode gerar a falsa impressão de que está havendo menos cortes.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/1U73N

EXPLOSÃO

Trabalho intermitente: informalidade legalizada



O exemplo mais evidente do discurso mentiroso do governo em relação à geração de empregos com carteira assinada é o peso que o trabalho intermitente ganhou no mercado de trabalho "formal", no último ano. Em 2020, das 142 mil vagas formais geradas, mais da metade (73,1 mil), foi na modalidade de trabalho intermitente, que não prevê nem jornada nem salário fixos.

Em 2018 e 2019, esse formato representou, respectivamente, 9,4% e 13,3% de todos os postos com carteira assinada criados. Os dados de 2020 apontam, portanto, uma explosão desse tipo de emprego, que permite a contratação de trabalhadores sem horário fixo, ganhando somente pelas horas trabalhadas.

Para ter uma ideia do que isso representa em termos precarização do trabalho, de acordo com o Dieese, dos empregados admitidos e demitidos entre janeiro e dezembro de 2018 com vínculo de trabalho intermitente, 43% tiveram remuneração inferior a um salário-mínimo, sendo que 11% desses trabalhadores intermitentes não tiveram qualquer renda. Chamar isso de emprego formal ou colocar no mesmo patamar que uma vaga com jornada e salário fixos só serve para gerar confusão.

É revoltante que, em meio ao aprofundamento da pandemia e da crise econômica, o governo venha com mais esta "fake news" pra cima da classe trabalhadora. Isso só reforça a necessidade de intensificarmos a batalha pela unidade classe, pra botarmos pra fora esse governo mentiroso e genocida, derrotando seu projeto de morte, fome e miséria.

LUTO

Camaradas, presentes!

A pandemia tem sido devastadora em todo o país. Não há família que não carregue a dor e o peso da perda de um ente querido. Não há alguém que não tenha perdido um amigo ou colega. O genocídio patrocinado por Bolsonaro nos jogou na maior tragédia que o país já viveu. E, infelizmente, muitas outras perdas virão. O Opinião homenageia, aqui, ativistas e militantes que foram vítimas da Covid-19, nas últimas semanas. São perdas irreparáveis, provocadas por um governo de assassinos, mas que devem alimentar nossa resistência e esperança por uma sociedade socialista, que supere a barbárie do capital, e seja plenamente livre e humana.

Fátima, presente!



Liderança quilombola sempre será um exemplo de luta

No dia 6 de abril, perdemos mais uma guerreira da nossa classe para o Covid-19, para o genocídio perpetrado por Bolsonaro e por esse sistema capitalista assassino.

Fátima Barros foi uma guerreira quilombola do Tocantins e da coordenação da Articulação Nacional Quilombola. Foi um exemplo de mulher negra, forte, com a espiritualidade e a ancestralidade à flor da pele. Como diz Cláudia Durans, do PSTU Maranhão, "quem esteve no último congresso da CSP-Conlutas e participou do ato dos setores oprimidos vai lembrar da fala dela. Fala forte, carregada de espiritualidade e ancestralidade".

Nossa alma chora a perda da nossa guerreira Fátima Barros. Fátima se junta aos nossos ancestrais. Mas, sua força e exemplo permanecerão em nós. Vai guerreira! Aqui, vamos seguir para acertar as contas com esse governo genocida, com o latifúndio, com o agronegócio e com os racistas.

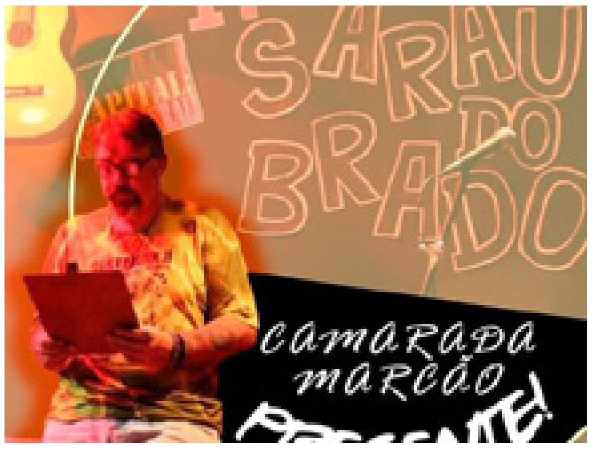
O PSTU se soma à dor de todos aqueles e aquelas que, no Brasil inteiro, sabem da falta que Fátima fará à luta de todos nós por uma sociedade socialista, especialmente à luta dos negros e negras, dos quilombolas e dos povos indígenas.

Vamos transformar nossa dor em mais ódio contra Bolsonaro e sua trupe, contra esse sistema capitalista e todos seus representantes hipócritas: os banqueiros, os grandes empresários e os governadores, que não garantem lockdown nacional, nem quebram as patentes para garantir vacinas para todos e todas.

Vamos transformar mais esse luto em luta, enfrentando essa burocracia sindical pelega, na defesa de uma Greve Geral Sanitária, da CSP-Conlutas, da auto-organização dos trabalhadores, do movimento popular e de todos oprimidos.

Fátima, presente, até o socialismo, sempre!

Adeus, camarada Marcão!



PSTU-São José do Rio Preto

A Covid-19, os governos e o capitalismo levaram Marcão! Ele partiu neste dia 3 de abril, depois de dias intubado, em uma UBS (Unidade Básica de Saúde), em São José do Rio Preto (SP). Marcos Alves Rodrigues, nosso Marcão, foi um militante muito aguerrido. Não há quem seja da vanguarda de luta na cidade que não o conheça e não tenha boas histórias a contar.

Era pintor e vendedor de livros, organizou muitos projetos de esporte para os jovens do bairro. Foi fundador do PSTU-Rio Preto e organizou, por anos, o SEXT-MARX (Seminário de Estudos Marxistas), na UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) de Rio Preto, onde, também, fez parte do Diretório Acadêmico, quando cursava Pedagogia. Também contribuiu enormemente para a formação de muitos de nós, a partir do Grupo de Estudos em Filosofia da Práxis e do "Jornal Brado", que panfletava nos bairros e nas portas de fábricas.

Além de ser um camarada fundamental para a construção do PSTU, Marcão deixará muitas saudades por suas polêmicas, por sua irreverência, sua seriedade e por seu grandioso coração. Era também um militante da cultura. Batalhou, por anos, e construiu, com a ajuda de muitos de nós, o Centro Cultural Brado (CCB), o Sebo do CCB e, num passado não tão distante, a Brado Companhia de Teatro.

Sua última postagem nas redes sociais, no dia 18 de março, denunciava os milhões de testes para Covid que apodrecem nos porões do Ministério da Saúde, forçando pessoas a pagar por eles. "Que o mais devastador ódio cresça nos corações dos sobreviventes", escreveu.

Adeus, amigo, irmão de sangue e camarada Álvaro Fernandes Sobrinho!



Por Cesar Neto, de Santos (SP)

Álvaro era daqueles militantes com longa tradição. Ingressou na Liga Operária no começo de 1976. Ainda não tinha 18 anos. E fez parte de toda a tradição morenista, até chegar ao PSTU.

Naquela época, ele era bancário do Mercantil/Finasa. A oposição sindical bancária, com muita dificuldade, montou uma chapa e conquistou o sindicato para a luta. Talvez tenha sido o primeiro sindicato tomado dos pelegos por uma chapa com perfil classista. E lá estava o Álvaro, quase um menino.

Depois disso, trabalhou e militou na construção civil de São Bernardo do Campo e, ao ficar desempregado, fez parte de um grupo de militantes da Convergência Socialista que se mudou para Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais.

Nos últimos anos, participou pouco da vida ativa do partido, mas era um soldado para todas as horas. Ultimamente, andava muito feliz com seu casamento com a Elizete. Na pandemia, restabeleceu contato com o filho Vladimir e sempre falava do Leon, seu outro filho.

Há menos de uma semana, apresentou os primeiros sintomas da Covid. Foi internado, intubado, no último dia 2, mas não resistiu à falta de vacina, à falta de uma política de Estado em defesa da vida. Não resistiu à longa espera por uma UTI.

Você, Álvaro, sabia, e nós sabemos, que o capitalismo mata. Nas lutas, sempre, lembraremos teu nome como vítima do genocídio que está sendo cometido no Brasil. Até o socialismo sempre.

LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/QPK9D

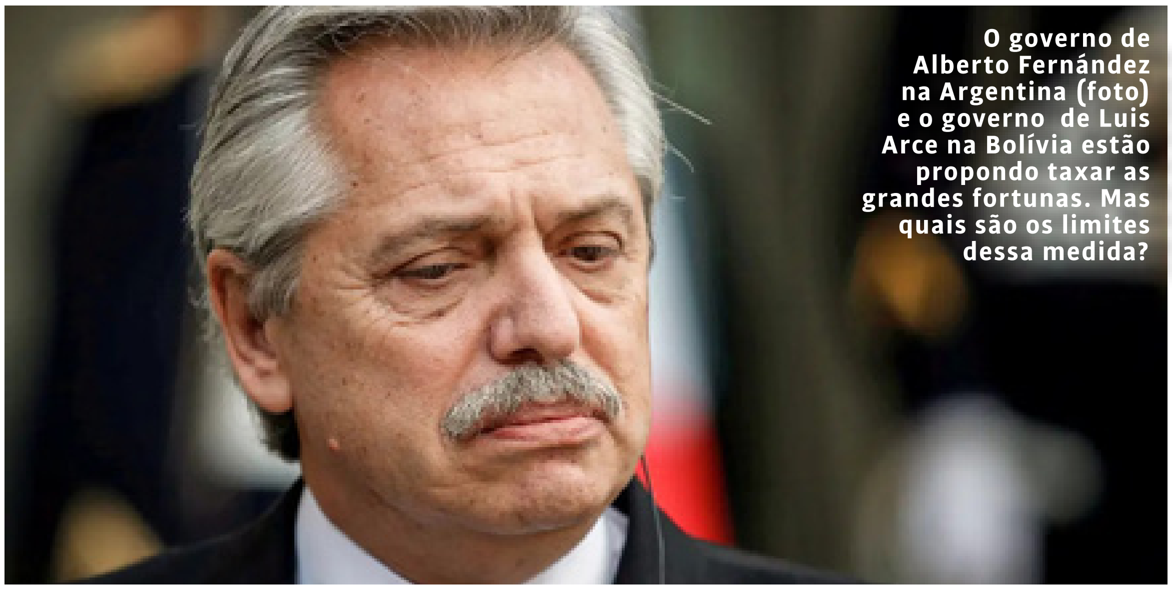
PROGRESSISMO

Os impostos sobre grandes fortunas e a distribuição de renda

BERNARDO CERDEIRA
DE SÃO PAULO (SP)

A ideia de um imposto sobre grandes fortunas (IGF) é uma das grandes bandeiras dos setores "progressistas", como uma medida de distribuição de renda. Recentemente, governos ditos "progressistas" como o de Alberto Fernandéz (Argentina) e Luis Arce (Bolívia) propuseram leis para criar impostos sobre grandes fortunas.

A Argentina aprovou um imposto sobre grandes fortunas para financiar a luta contra o coronavírus. A lei impõe uma alíquota de até 3,5% a fortunas declaradas equivalentes a mais de R$ 13 milhões, a ser cobrada uma única vez.



O governo de Alberto Fernández na Argentina (foto) e o governo de Luis Arce na Bolívia estão propondo taxar as grandes fortunas. Mas quais são os limites dessa medida?

Na Bolívia, o presidente Luis Arce promulgou a Lei 1.357 que criou um imposto para as 152 pessoas mais ricas do país, que tenham um patrimônio superior a 30 milhões de pesos bolivianos (cerca de R$ 23 milhões). Ao contrário da Argentina, será um imposto anual e permanente.

No Brasil, tanto o PT como o PSOL defendem a aprovação de um imposto sobre grandes fortunas. Além disso, o PSOL propõe uma série de medidas: redução de impostos sobre consumo e aumento sobre patrimônio e renda; fim da isenção de impostos sobre lucros e dividendos; aumento da alíquota de imposto sobre herança para os super-ricos e criação do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) para aviões e embarcações de passeio.

Deputados do PT (Paulo Teixeira e outros) também apresentaram projeto nesse sentido em 2012 que fixa um máximo de 1% de imposto sobre o patrimônio que superar 75 mil vezes o mesmo limite mensal de isenção. Nenhum desses projetos foi adiante no Congresso.

PILHAGEM DOS FUNDOS PÚBLICOS

Os impostos no capitalismo e o papel do Estado para a burguesia

Para analisar propostas como a do imposto sobre grandes fortunas, é fundamental entender primeiro o que significam os impostos no capitalismo. Marx e Engels sempre afirmaram que os impostos são parte da mais-valia, ou seja, do trabalho não retribuído ao trabalhador. Isto é, os impostos têm origem na exploração da classe trabalhadora.

Engels, em uma resenha de O Capital, explicou: "Deste trabalho não retribuído vivem absolutamente todos os membros ociosos da sociedade. Dele saem os impostos e contribuições que o estado e o município recebem e que incidem sobre a classe capitalista, as rendas dos latifundiários etc.. Sobre ele descansa toda a ordem social existente."

Para a burguesia, a utilização dessa parte da mais-valia em forma de impostos tem um objetivo principal: manter o aparato do Estado, principalmente os instrumentos de repressão aos trabalhadores e aos setores populares. Ou seja, a polícia, o exército, o sistema carcerário, os juízes, promotores, os funcionários etc., sem os quais seria impossível garantir e defender a propriedade privada dos meios de produção e das grandes fortunas.

Ao mesmo tempo, a burguesia luta para pagar menos impostos ou para se apropriar de parte dos fundos públicos por meio de diversos mecanismos legais, semilegais e ilegais, convertendo-os em um fator de acumulação de capital para os grandes grupos capitalistas. Vejamos alguns exemplos:



A burguesia força o Estado a contrair uma dívida pública que o obriga a pagar juros aos credores, ou seja, grandes bancos e grandes "investidores". Esse endividamento é acompanhado de uma política

fiscalista, isto é, a política que prioriza pagar a dívida pública, fazendo um ajuste fiscal que retira verbas da saúde, educação, previdência e outros gastos sociais. No Brasil, essa política é definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Teto de Gastos.

Por outro lado, várias leis promovem benefícios fiscais que significam uma transferência de fundos públicos ou renúncias fiscais para grupos inteiros de capitalistas. Por exemplo, a Lei Kandir, que praticamente isenta o agronegócio de pagar impostos sobre a sua produção para exportação. Ou a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras de veículos. A isenção de impostos sobre a remessa de lucros ou, ainda, a desvinculação da folha de pagamento de diversos setores da contribuição patronal para a Previdência.

Outra forma são os subsídios para empresas, que vão desde os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com juros de "pai para filho", como foi com a JBS e muitas outras empresas, até os subsídios às construtoras de casas populares, às empresas que exportam, às montadoras etc..

As privatizações são uma das mais importantes formas de transferência de fundos públicos para os grandes capitalistas privados. As estatais foram construídas com enorme investimento público e em sua maioria são extremamente lucrativas, como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outras. A privatização significa entregá-las a grupos capitalistas por uma quantia irrisória para que as administrem e retirem grandes lucros investindo muito pouco.

Outra forma, que apesar de "legal" está no limiar da ilegalidade, são os setores capitalistas que deixam de recolher impostos e outros produtos para depois aderir às anistias fiscais do tipo Programa de Regularização Fiscal (Refis) e outros semelhantes. Isso sem falar da sonegação fiscal pura e simples por meio de fraudes contábeis de empresas legalmente constituídas.

Por último, mas não menos importante, está a corrupção generalizada, ligada, por exemplo, aos contratos com empreiteiras que ganham a "concorrência" para as grandes obras. Em níveis estadual e municipal estão, além das obras, os contratos de saúde, transporte, merenda escolar, limpeza urbana e retirada de lixo, todos privatizados e em geral monopolizados.

Mas, por outro lado, o Estado também funciona como uma gigantesca empresa de seguros para a burguesia. Vimos isso em grandes crises econômicas, quando a falência de empresas pode levar a uma crise do sistema e suas dívidas são assumidas pelo Estado ou por empresas estatais. No Brasil já vimos esse filme várias vezes com os bancos como Excel, Econômico, Banco Par etc..

É evidente que todas essas formas, diretas ou indiretas, de se apropriar de fundos públicos concentram mais capital na mão dos grandes grupos econômicos que se beneficiam dessas manobras. Ou seja, os capitalistas, além de pagarem seus impostos com parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores, também se apropriam de parte dos fundos públicos.

Os trabalhadores, por sua vez, são obrigados, além disso, a pagar Imposto de Renda, Previdência Social e impostos sobre o consumo embutidos nos preços. Em resumo, o sistema tributário capitalista acentua a concentração de capital, o empobrecimento dos trabalhadores e dos setores populares e, consequentemente, a desigualdade social.

LIMITAÇÕES

Imposto sobre grandes fortunas não resolve a desigualdade social



Na lista dos 500 maiores devedores de impostos à União, o agronegócio é responsável por 149 empresas ou empresários, segundo o levantamento organizado pelo De Olho Nos Ruralistas, com dados da PGFN. Ao todo, 29,8% empresas ou empresários ligados à produção rural brasileira devem R$ 335 bilhões à União.

É fácil ver que um imposto sobre grandes fortunas seria uma gota d'água nesse mar de pilhagem dos fundos públicos, ainda mais com alíquotas tão insignificantes como o 1% sugerido. Além disso, a burguesia consegue burlar facilmente esse tipo de imposto com a fuga de capitais para os paraísos fiscais.

Mesmo sem tributar as grandes fortunas, o Brasil já é um dos países campeões na "fuga de milionários" no mundo. De acordo com levantamento feito pelo banco AfrAsia em parceria com a organização New World Wealth, o país é o sétimo com a maior saída de patrimônio entre os que têm mais de US$ 1 milhão.

Mesmo se um aumento do controle de evasão de divisas dificultasse a fuga de capitais, a burguesia tem outros meios para compensar a elevação dos seus impostos. Pode repassar o custo para os preços dos produtos ou aumentar a exploração dos trabalhadores.

O problema de fundo é que tentar basear uma política de distribuição de renda através de um aumento de impostos, como querem os "progressistas", não ataca o problema central que leva à desigualdade social no sistema capitalista. Além disso, os aumentos de impostos, cedo ou tarde, acabam recaindo sobre a classe trabalhadora.

Para atacar verdadeiramente a desigualdade social, é preciso tomar medidas radicais em relação à produção, que é onde a burguesia se apropria do trabalho não pago dos operários. Medidas que ataquem a própria estrutura da sociedade capitalista.

Por isso, o PSTU, em seu programa, levanta a necessidade da expropriação dos grandes grupos nacionais e estrangeiros – indústria, comércio e serviços –, a expropriação dos bancos e a centralização de todo o sistema financeiro em um único banco nacional.

Juntamente com essas medidas de fundo, deveriam ser tomadas outras, como a suspensão do pagamento da dívida pública, o fim das privatizações, a reestatização das empresas privatizadas, fim dos subsídios e renúncias fiscais etc..

Em relação aos impostos, em um sistema socialista, todos seriam abolidos. Os fundos públicos comuns seriam administrados por meio de um planejamento democrático para o benefício de toda a sociedade. No entanto, haveria sem dúvida um período de transição até a abolição de todos os impostos.

Por isso, no quadro dessas medidas de fundo que enumeramos antes, devemos incluir a abolição dos impostos sobre os artigos de consumo, a cobrança de impostos diretos para cobrir os serviços comuns (iluminação pública, manutenção de vias, coleta de lixo etc.) e a implantação de um forte imposto progressivo que incida sobre altos salários.

Com essas medidas estaríamos plantando as bases para uma diminuição substancial da desigualdade social. É evidente que esse programa só pode ser aplicado e controlado por um governo socialista dos trabalhadores baseado na mobilização popular e em conselhos populares eleitos democraticamente.

LEIA NO SITE: HTTPS://PSTU.ML/H4EWY

mural

VALE DO PARAÍBA

Por empregos, trabalhadoras de fornecedoras da LG deflagram greve

Nesta terça-feira, 6 de abril, trabalhadoras de três empresas fornecedoras da LG, em Caçapava e em São José dos Campos, no Vale do Paraíba (SP), deflagraram greve em defesa dos empregos, após a fabricante sul-coreana de eletroeletrônicos anunciar que irá encerrar a produção de celulares em todo o mundo.

Segundo a LG, a produção no Brasil será desativada até o dia 31 de julho, o que resultará na demissão, em massa, de 830 funcionários, a maioria mulheres. São 400 funcionárias na planta da empresa em Taubaté e outras 430 trabalhadoras, das fornecedoras Blue Tech e 3C, em Caçapava, e Sun Tech, em São José dos Campos.

Com a greve, as trabalhadoras da Blue Tech, 3C e Sun Tech pretendem reverter o fechamento das fábricas e preservar os postos de trabalho. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a saída é a estatização da empresa, sob o controle das trabalhadoras.

A decisão da LG segue a política de reestruturação global, que as grandes corporações têm tomado em vários setores, em busca de lucros, impondo fechamentos de fábricas, demissões em massa, cortes de direitos e precarização das condições de trabalho. Mas, no Brasil, a medida agrava ainda mais o processo de desindustrialização no país.



Protestos das trabalhadoras da LG realizado no dia 6 de abril.

"O encerramento da produção de celulares pela LG no Brasil aprofunda a desindustrialização em curso no Brasil. Cada vez mais, querem impor ao país apenas o papel de exportador de commodities, sem produção de tecnologia. E não podemos admitir que os governos permaneçam omissos, principalmente no atual cenário de pandemia", afirmou o presidente do Sindicato, Weller Gonçalves.

"A terceirização, amplamente adotada pela LG no Brasil, significou uma brutal precarização de direitos e superexploração e lhe garantiu muitos lucros. Se a empresa, agora, quer deixar de produzir, que as trabalhadoras tomem em suas mãos a produção e decidam os rumos das empresas", defendeu o sindicalista.

Weller destaca, ainda, que a unidade da classe trabalhadora é fundamental neste momento. "É preciso que o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, filiado à CUT, base onde está localizada a planta da LG, também chame as trabalhadoras da fábrica à mobilização. Isso é fundamental para fortalecermos a mobilização pela defesa dos empregos e direitos", afirmou.

KIT COVID

Reações adversas à cloroquina disparam em 558%


O garoto propaganda da cloroquina

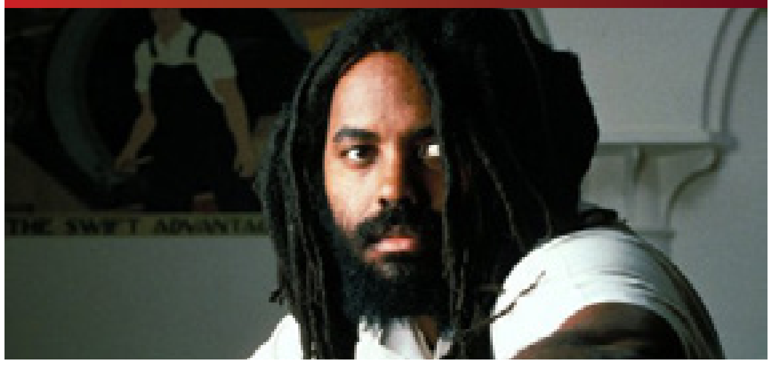
Bolsonaro adora fazer propaganda do suposto tratamento precoce da Covid. O resultado é que tem muita gente tomando os medicamentos do "kit Covid", como cloroquina e hidroxicloroquina, o que fez explodir as notificações por efeitos adversos decorrentes do uso desses medicamentos em 2020.

Ao menos nove mortes foram notificadas, todas após março de 2020, depois do início da epidemia de Covid-19 no país. No caso da cloroquina, medicamento recomendado pelo presidente Jair Bolsonaro, o aumento nas notificações por efeitos adversos foi de 558%. Em 2019, a cloroquina estava na sétima posição na lista dos medicamentos responsáveis por notificações de efeitos adversos. Em 2020, a cloroquina passou à primeira posição.

Os dados constam de um levantamento feito pelo jornal "O Globo", com base no Painel de Notificações de Farmacovigilância, mantido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Outros medicamentos que tiveram crescimento no número de notificações de efeitos adversos foram a hidroxicloroquina e o sulfato de hidroxicloroquina. Em 2019, nenhuma notificação havia sido registrada sobre o uso desses remédios. Em 2020, no entanto, foram registradas 168 notificações. Segundo o Painel, foram registradas oito mortes decorrentes do uso dos medicamentos. Taquicardia, náuseas, vômito e tontura estão entre os principais efeitos notificados.

40 ANOS DE CÁRCERE



Liberdade para Mumia Abu-Jamal

No final de fevereiro, o preso político e ex-militante dos Panteras Negras, Wesley Cook, mais conhecido como Mumia Abu-Jamal, foi diagnosticado positivo para coronavírus, o que reaqueceu a campanha internacional por sua libertação. Há quase 40 anos preso, sem tratamento de saúde adequada, vivendo na condição precária de cárcere e sendo do grupo de risco, Mumia precisa ser solto imediatamente.

Mumia Abu-Jamal é jornalista, radialista e ex-militante dos Panteras Negras. Foi preso em 9 de dezembro de 1981 sob acusação de ter assassinado Daniel Faulkner, um policial branco que espancava seu irmão. Jamal foi levado a julgamento em junho de 1982 e condenado à morte, em 3 de julho, por um júri de brancos e um juiz recordista de condenações à morte.

Em 2008, movimentos sociais, artistas e ativistas antirracistas organizaram mobilizações em várias partes do mundo, pela liberdade de Abu-Jamal. O julgamento foi cheio de irregularidades com um juiz declaradamente racista, ameaças às testemunhas de defesa e retirada de negros do júri. A sentença de morte foi anulada e convertida em prisão perpétua.

Defendemos toda solidariedade a Mumia Abu-Jamal, sua imediata libertação e reparação para ele e sua família.

LUTA CONTRA O GOLPE

Myanmar: a classe operária na linha de frente contra o golpe militar

WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA REDAÇÃO

Myanmar, Birmânia ou Burma, é um país do Sudeste Asiático com uma trajetória histórica de intervenções imperialistas e militares, que mergulhou a população num círculo vicioso de exploração, repressão e opressão. Mas, também, de heroicos exemplos de resistência, como estamos vendo agora.

Até o golpe militar dado no dia 1º de fevereiro passado, o país estava sendo governado pela Liga Nacional para a Democracia (LND), tendo o professor universitário Win Myint como presidente, apesar de ele ser considerado apenas um fantoche nas mãos de Aung San Suu Kyi, então no cargo de Conselheira de Estado, e quem, de fato, controlava o poder.

O golpe ocorreu no dia anterior ao previsto para que os parlamentares eleitos em novembro do ano passado assumissem seus mandatos. E, depois de aprisionar os dois líderes e membros do governo, a Junta Militar, formada pelo "Tatmadaw" (nome oficial das Forças Armadas), declarou Estado de Emergência, empossou o general do Exército Min Aung Hlaing, até então aliado de Suu Kyi, e partiu para a repressão generalizada, prendendo líderes estudantis e sindicais, dirigentes étnicos e centenas de ativistas sociais e políticos, matando pessoas no meio das manifestações, além de bloquear o acesso de celulares à internet para tentar silenciar os protestos.

Os birmaneses, contudo, não estão dando arrego e, apesar de também se enfrentarem com a pandemia, no dia seguinte ao golpe tomaram as ruas em enormes mobilizações e iniciaram um vigoroso movimento espontâneo de desobediência civil.

Inspirados na luta da Tailândia contra o regime monárquico e o golpe militar, ocorrido em 2014 (que, por sua vez, tiraram a ideia dos filmes "Jogos Vorazes"), o povo de Burma adotou como símbolo a "saudação com três dedos", com o mesmo significado que lhe foi dada no país vizinho: um resgate do lema da Revolução Francesa, de 1789 – "igualdade, liberdade e fraternidade".

Palavras que, evidentemente, neste momento, sintetizam as necessidades imediatas diante da ditadura. Mas, também é preciso dizer que não será nos marcos dos antigos ideais burgueses, muito menos do capitalismo, que os birmaneses poderão conquistar o que merecem e precisam.

Como também, não será a recondução de Aung San Suu Kyi e da LND ao poder que irá garantir seus direitos, até mesmo porque, enquanto estiveram no poder (desde 2015), eles não só intensificaram a exploração, em aliança com as empresas multinacionais que atuam no país, como mantiveram o poder econômico e político dos militares, inclusive justificando e mantendo o verdadeiro processo de limpeza étnica que, há décadas, atinge as minorias étnicas.



DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL À GREVE GERAL

Mal o golpe se tornou público, a desobediência civil se espalhou pelo país como um rastilho de pólvora. Protestos tomaram as ruas e trabalhadores dos mais diversos setores, na cidade e no campo (onde se concentra 60% da população), começaram a paralisar suas atividades, incluindo em áreas estratégicas, como a empresa de petróleo e gás, administrada diretamente pelo Ministério da Defesa, a companhia aérea nacional, ferrovias, minas, canteiros de obras e fábricas

O movimento também atingiu rapidamente os órgãos e instituições da burocracia do Estado, escolas e hospitais e a população, incluindo a juventude e os setores populares, também passou a ocupar escolas, hospitais e órgãos públicos.

Um primeiro chamado à greve geral foi feito em 8 de fevereiro pela Confederação dos Sindicatos de Mianmar (CTUM), a maior do país. E a proposta recebeu rapidamente a adesão de coletores de lixo, bombeiros e bancários, dentre outros, além de funcionários dos governos municipais e dos ministérios do Comércio, Eletricidade e Energia, Transportes e Comunicações, e Agricultura, Pecuária e Irrigação. Nos dias seguintes, sete sindicatos da Educação, além das escolas monásticas, também paralisaram as atividades, juntamente com os estudantes.

Em meados de fevereiro, 99% dos trabalhadores ferroviários também já estavam em greve, o que levou ao fechamento de todo o sistema, o mesmo ocorrendo na maioria do setor energético e das fábricas dirigidas pelos militares, que tentaram intimidar os trabalhadores ameaçando-os de expulsão dos alojamentos estatais. Mesmo assim, os trabalhadores mantiveram-se em greve e abandonaram as moradias.

ENFRENTANDO A REPRESSÃO, COM AS MULHERES NA LINHA DE FRENTE

A reação das Forças Armadas, como sempre, foi partir para a brutal violência. Em 26 de fevereiro, um comunicado em rede nacional de TV colocou a maioria das entidades sindicais do país na ilegalidade. A repressão recrudesceu ainda mais contra os manifestantes, culminando no assassinato de cerca de 90 pessoas, durante protestos realizados no dia 26 de março.

Mas, as massas não voltaram ao trabalho nem saíram das ruas. No dia 7 de março, quando o país já estava praticamente paralisado há quase um mês, 18 federações e entidades sindicais lançaram um manifesto defendendo uma greve geral unificada até a derrubada do regime militar. A nota foi assinada por todas as principais federações e confederações nacionais, além de entidades dos setores agrícola, energético, da construção civil e de empresas madeireiras, da alimentação e do transporte, dentre outras.

Em todo este processo, as mulheres têm cumprido um papel de vanguarda. Até mesmo porque são a grande maioria dos trabalhadores no setor responsável por 30% das exportações birmanesas, a indústria têxtil e de calçados esportivos, as mulheres foram as primeiras a paralisarem o trabalho, erguerem barricadas e tomarem as ruas, ocupando, hoje, papel destacado na direção do movimento.

A IMPORTÂNCIA DO APOIO DA CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL

O país continua praticamente paralisado e, apesar da pandemia, já ocorreram manifestações em embaixadas de Burma, principalmente nos países vizinhos. Aqui, no Brasil, a CSP-Conlutas também está engajada nesta luta, já tendo enviado uma moção, aprovada por sua coordenação nacional, no início de fevereiro, como também tem mantido atualizações freqüentes sobre a luta contra o golpe através da página da "Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas".

(*) Com a colaboração de Herbert Claros, militante do PSTU de São José dos Campos, e dirigente da Secretaria Executiva e do Setorial Internacional da CSP-Conlutas.





BILLIE HOLIDAY

Música e beleza que brotam da dor e da melancolia

WILSON HONÓRIO DA SILVA,
SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PSTU

Ela nasceu, em 7 de abril de 1915, pobre, na periferia da Filadélfia, filha de uma "mãe-solo" chamada Sarah "Sadie" Fagan, que, expulsa de casa ao engravidar aos 19 anos, se prostituía e a iniciou no mesmo ofício quando tinha apenas 13 anos. Mas, homenageou a mãe com a lindíssima "God bless the child" ("Deus abençoe a criança"), um grito contra a desigualdade social e a defesa das mulheres que, ainda crianças, se tornam mães.

Seu pai, Clarence Holiday, nunca se fez presente, colocando o pé na estrada com seu banjo e guitarra debaixo do braço. Mas, ela não só tomou seu sobrenome artístico, como também lhe dedicou seu maior sucesso "Strange Fruit", lembrando que sua morte prematura, com pneumonia, num precário hospital "só para negros", era exemplo do violento e cruel segregacionismo racial que imperava nos Estados Unidos.

Ela se casou com três homens abusivos e viveu cercada de canalhas, que a maltrataram e roubaram. Mas, incorporou suas dores e desamores em um repertório magistral, em músicas em que falava sobre os homens que amou (como "I love my man", "Lover Man" e "The man I love"), sobre a solidão ("Solitude") e sua insistente entrega de corpo e alma ("Body and Soul"). Assumidamente bissexual, ela também soube achar amor e cumplicidade nos braços de mulheres, como as atrizes Tallulah Bankhead, Louise Crane e Greta Garbo.

TALENTO MOLDADO PELA VIDA SOFRIDA E PELA OPRESSÃO

Nascida Eleanora Fagan, Billie é até, hoje, uma das divas insuperáveis do "blues", termo que, associado à cor azul, na cultura norte-americana, significa "tristeza" e "melancolia" e, não por acaso, deu nome a um gênero musical que nasceu com as raízes fincadas nos cantos ancestrais africanos ("spirituals") e nas canções de trabalho dos escravizados.

Aos 10 anos, foi estuprada; crescendo em meio há Grande Depressão de 1929, trabalhou como empregada doméstica, antes de começar a ser prostituir, o que acabou lhe rendendo uma prisão, aos 14 anos. Um período que, até hoje, ressoa em sua versão de "Love for sale" ("Amor à venda"), de Cole Porter.

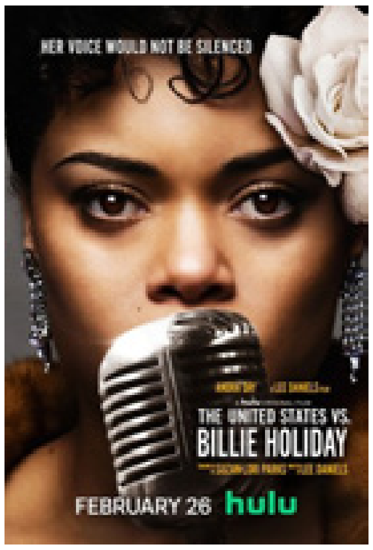
Foi buscando fugir da pobreza e da degradação que, aos 15, ela começou a se apresentar nos clubes noturnos, o que a levou a gravar um primeiro disco, aos 18, e, nos anos seguintes, a fez acompanhar alguns dos melhores músicos de sua época, como Duke Ellington, Count Bessie, Bessie Smith e Lester Young, tornando-se, em 1938, uma das primeiras mulheres negras a cantar com uma "big band" de brancos (a de Artie Shaw). Mas, o racismo continuou um obstáculo constante. Era discriminada nos clubes, obrigada a ficar em instalações segregadas durante as turnês e proibida de se apresentar nos espaços "só para brancos"

.

CONTRA OS "ESTRANHOS FRUTOS" DE UM ESTADO RACISTA

Billie tem sido valorizada como uma percussora do movimento pelos direitos civis, que explodiu, nos EUA, no final de sua vida, em meados da década de 1950.

Essa perspectiva está sendo reforçada pelo lançamento do filme "Os Estados Unidos versus Billie Holiday". Dirigido por Lee Daniels, o filme traz a cantora Andra Day no papel de Billie, numa atuação que já lhe rendeu o prêmio de melhor atriz pelo "Golden Globe" e uma indicação para o Oscar.



Baseado no livro "Chasing the scream" ("Perseguindo o grito"), de Johann Hari, o filme joga novas luzes sobre como a Polícia Federal norte-americana, o FBI, perseguiu Billie, utilizando como justificativa seu conhecido vício em heroína, mas, na verdade, por não lhe perdoar pela insistência em cantar "Strange Fruit" (gravada em 1939), uma vigorosa e dolorida dos "estranhos frutos" que, dia após dia, brotavam das árvores do país: corpos negros, surrados e queimados por supremacistas brancos, amplamente acobertados pelo Estado, como a Klu Klux Klan.

Billie associava todo aquele horror à sua própria vida. "Me faz me lembrar como o meu pai morreu, mas tenho de continuar a cantá-la, não só porque as pessoas a pedem, mas porque vinte anos após a morte dele, as coisas que o mataram ainda estão acontecendo no Sul", escreveu ela na sua autobiografia. Uma ousadia que lhe custou caríssimo. O FBI infiltrou um agente entre seus músicos, o que facilitou sua prisão, em 1947, e condenação a quase um ano de cadeia.

Dez dias depois de ser solta, a rebelde Billie deu uma demonstração de força, lotando uma das principais casas de espetáculos dos EUA, o Carnegie Hall. Contudo, o governo e o Marcatismo (a "caça às bruxas, promovida pelo senador Joe McCarthy) não lhe deram folga, praticamente inviabilizando suas apresentações nos EUA, o que a levou, como tantos outros artistas negros, a uma espécie de auto-exílio na Europa, durante boa parte da década de 1950.

Quando regressou para os Estados Unidos, em 1959, a amargurada Billie havia sucumbido, novamente, ao abuso de álcool e da heroína, o que lhe causou uma cirrose hepática. Internada, em maio daquele ano, o Estado racista ainda tentou lhe impor uma última humilhação, algemando-a ao leito de morte. E foi assim que ela deu seu último suspiro, no dia 17 de julho.

Billie e sua vida também nos servem pra lembrar que, mesmo quando oprimidos, negros e negras não se silenciaram. Não se alienaram diante das dores e sofrimentos. Mas, sim, se irmanaram, resgatando, com "ritmo e poesia", umas tantas coisas que o regime escravocrata tentava lhes roubar todos os dias: a ancestralidade, o senso de comunidade e, acima de tudo, a humanidade, que tem na música um de suas melhores expressões.



LEIA NO SITE:
HTTPS://PSTU.ML/R6GHH